



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.162.864/0001-48



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2025

LEGISLAÇÃO: Lei de nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal nº 3059, de 21 de dezembro de 2023 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

MODALIDADE: Concorrência Pública – Presencial

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MAIOR OFERTA

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: **31 de julho de 2025 (quinta-feira), às 9:00 horas** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Riolândia - Praça Antônio Levino, nº 470, Riolândia/SP.

Os Documentos de Credenciamento, a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, o Envelope com a Proposta e o Envelope com os Documentos de Habilitação **DEVERÃO** ser entregues na data da sessão pública.

CONTATO: (17) 3801-9020 – licitacoes@riolandia.sp.gov.br

A íntegra do Edital estará à disposição dos interessados no site oficial do Município (www.riolandia.sp.gov.br), no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Riolândia-SP, fone (17) 3801-9020, Ramal 219 ou no e-mail licitacoes@riolandia.sp.gov.br, onde poderá ser retirado, mediante identificação, endereço, número de telefone, e-mail e CNPJ ou CPF.

Prefeitura Municipal de Riolândia-SP, 15 de julho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS SANTANA DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



EDITAL E ANEXOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA (PRESENCIAL) Nº 003/2025 –
MAIOR OFERTA

OS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL ESTÃO DISPOSTOS EM 9 ANEXOS, A SABER:

[ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;](#)

[ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;](#)

[ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO;](#)

[ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;](#)

[ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÕES;](#)

[ANEXO VI - MINUTA DE ATA/CONTRATO;](#)

[ANEXO VII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;](#)

[ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP;](#)

Muito embora os documentos estejam agrupados em anexos separados, todos eles se completam. Deste modo, a proponente deverá se valer do edital e das suas especificações para a apresentação da proposta, documentos de habilitação e demais documentos. A empresa proponente deverá tomar conhecimento das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento da Concorrência e a formalização contratual, de modo que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados.

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Riolândia-SP torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Presencial nº 003/2025, tipo MAIOR OFERTA, conforme descrito neste Edital e Anexos.

1.2. Este certame será regido pela Lei Federal nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal nº 3059, de 21 de dezembro de 2023 e demais legislações aplicáveis.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório.

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO

2.1. A sessão pública será realizada no dia **31 de julho de 2025**, às 09:00h, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Riolândia/SP, localizado na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, Riolândia-SP.

2.2. Os seguintes documentos deverão ser apresentados no início da sessão: documentos para Credenciamento, Declaração de que a Licitante cumpre os requisitos de habilitação, o Envelope da Proposta e Documentos de Habilitação.

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Edital a Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

3.2. O valor mínimo do lance será de R\$ 1.316,67 (mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) mensais pelo aluguel das dependências do imóvel.

3.3. Todas as despesas de construção ou instalação correrão por conta do Concessionário, inclusive as obras que se fizerem necessárias para adaptação das atividades a serem desenvolvidas, visando a instalação do comércio (restaurante/lanchonete), inclusive elétricas e hidráulicas pertinentes à atividade.

3.4. Caso queiram, os interessados deverão visitar previamente o imóvel pretendido, ficando cientes de sua situação fática, não tendo assim qualquer direito a reclamar quanto ao estado de conservação, ocupações, passeios, cercamento, aclives, declives, ligações elétricas, hidráulicas, bem como quanto às condições urbanísticas do imóvel.

3.5. Os Concessionários serão responsáveis em obter alvará de funcionamento, bem como deverá providenciar todo o tipo de licença ou alvará dos órgãos pertinentes, inclusive do Corpo de Bombeiros e licenças ambientais pertinentes a atividade, se necessário.

3.6. Os Concessionários ficam obrigados a proceder a transferência em seu nome, das contas de energia elétrica, água, colete e tratamento de esgoto, e demais serviços que vier a contratar.

3.7. O Município de Riolândia/SP **não** ficará responsável por pagamento de conta de água e esgotos, energia elétrica, telefone, gás ou outra quaisquer que o Concessionário vier a ter sobre o imóvel cedido, após a assinatura do contrato.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



4. TIPO DE CONCORRÊNCIA

4.1. A modalidade da presente concorrência será a **MAIOR OFERTA**.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Não será necessária a indicação de recursos orçamentários, uma vez que a contratação prevista gerará receita para o Município, e não implicará em despesas orçamentárias.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame pessoas físicas e pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste procedimento licitatório, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

6.2. Não será permitida a participação de empresas:

6.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

6.2.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração;

6.2.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos da Lei de nº 14.133/2021;

6.2.5. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;

6.2.6. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

6.2.7. Empresas em regime de falências, exceto empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no Edital.

6.2.8. Empresas cujo sócio seja funcionário/empregado do Município ou que tenha parentesco com o funcionário/empregado;

6.3. Nos termos do artigo 137, inciso I, da Lei de nº 14.133/21, é proibida a subcontratação do objeto, de modo que serão proibidas de participar do certame as pessoas físicas e as empresas que não tenham total independência para decidir, de imediato, quaisquer customizações no objeto da presente contratação.

6.4. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 2)

7.1. A PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01) e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da licitante, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA-SP

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025

Razão Social:

Endereço completo da licitante.....

CNPJ nº INSC. EST nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA-SP

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025

Razão Social:

Endereço completo da licitante.....

CNPJ nº INSC. EST nº

7.2. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador com poderes para tanto;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



7.2.1. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE PROPOSTA (Envelope nº 01) obedecerão aos comandos contemplados nos subitens 7.3., 7.3.1., 7.3.1.1., 7.3.1.2., 7.3.1.3., 7.3.2 e 7.3.3;

7.2.2. A licitante somente poderá apresentar uma **única proposta**.

7.3. Os Documentos de Habilitação (Envelope nº 02) poderão ser apresentados em original, cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet;

7.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original o Agente de Contratação, por ocasião da abertura do ENVELOPE nº 02, para a devida autenticação;

7.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 7.3.1., o documento original a ser apresentado não poderá integrar o ENVELOPE;

7.3.1.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão sempre que necessário, suas autenticidades / validades comprovadas por parte do Agente de Contratação;

7.3.1.3. O Agente de Contratação não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a licitante será inabilitada;

7.3.2. Os documentos apresentados por qualquer licitante, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado;

7.3.3. Não serão aceitos protocolos ou solicitação de documentos em substituição aos exigidos como condição de habilitação, nem mesmo será concedida prorrogação para a apresentação de documentos de habilitação que não foram enviadas no prazo estabelecido.

7.3.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8. CONTEÚDO DA PROPOSTA

8.1. O Modelo de Proposta poderá ser utilizado para a sua apresentação datilografado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

8.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

8.3. As PROPOSTAS deverão consignar:

a) o número do Processo e número da CONCORRÊNCIA;

b) A denominação, endereço/CEP, telefone/fax/e-mail e CPF/CNPJ do licitante;

c) Preço unitário e total do item em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

c.1.) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado com precisão de duas casas decimais;

d) Marca do material, quando for o caso;

e) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

f) Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial;

g) Declaração impressa na proposta de que esta atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência e demais contidas no corpo deste edital. Na falta de declaração expressa presumir-se-á aceita e preenchida todas as condições;

h) Data e assinatura do representante legal da proponente ou do procurador com poderes específicos para tanto.

8.4. Para o(s) item(s) não cotado(s), deverá constar a expressão “não cotado” no campo preço total do item.

8.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

9. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto da CONCORRÊNCIA são os seguintes:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA – PESSOA JURÍDICA:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;



- b) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem “b”;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de provada diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando se tratar de firma estrangeira em funcionamento no país e a atividade assim o exigir.

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA – PESSOA FÍSICA:

- a) Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, dentro do prazo de validade;
- b) Cadastro Pessoa Física (CPF);
- c) Comprovante de Residência, original, com emissão máxima no prazo de 90 (noventa) dias anteriores a data da Sessão.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA – PESSOA JURÍDICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - c.2) Certidão de Regularidade expedida pela Secretaria da Fazenda e Certidão Negativa de Débitos Tributários emitida pela Secretaria da Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013; e
 - c.3) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Municipais Mobiliários, expedida pelo setor competente do Município;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.
- f) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte **que optar pela fruição** dos benefícios da Lei Complementar Federal nº. 123/06:
 - 1) quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
 - 2) quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 123/06. ***A participação nas condições previstas nesta alínea, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123/06.**
- f¹) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- f²) A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- g) Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões negativas, certidões positivas com efeito de negativas ou ainda certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA – PESSOA FÍSICA:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certidão de Regularidade expedida pela Secretaria da Fazenda e Certidão Negativa de Débitos Tributários emitida pela Secretaria da Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Municipais, expedida pelo setor competente do Município;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;
- e) Declaração que não constam benefícios ativos, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

IV – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;
- b) A empresa atende às normas relativas à Saúde e Segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
- c) Declaração que não possui em sua Cadeia produtiva, empregados executando Trabalho Degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal.
- d) A empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- e) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de ciência de que registro (s) no Cadin Estadual (Lei Estadual nº. 12.799/08) impede(m) a contratação com a Prefeitura Municipal de Riolândia.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- h) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- i) Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira independente pelo Licitante.

Opcionais:

- j) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- k) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

9.2. A apresentação do Certificado De Registro Cadastral com validade, emitido pela Prefeitura Municipal de Riolândia, substitui os documentos elencados neste item, com exceção da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e a relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); obrigando ainda a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo à habilitação.

9.2.1. Qualquer documento indispensável para a obtenção do Certificado De Registro Cadastral com prazo de validade vencido deverá ser regularizado, impondo-se, para tanto, a apresentação dos mesmos juntamente com a documentação contemplada no subitem 9.2.

9.2.2. A regularização da documentação aludida no 9.2.1. também poderá ser levada a efeito na própria sessão, cuja certidão/documento utilizada para a finalidade deverá observar as previsões contidas nos subitens 7.3., 7.3.1, 7.3.1.1., 7.3.1.2. e 7.3.1.3.

9.2.3. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



9.2.4. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previsto neste item.

9.2.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

10. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

10.1. O edital poderá ser consultado por qualquer interessado no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, durante o expediente normal do órgão licitante, das 07:30h às 17h, bem como por meio do site oficial do Município, a saber, www.riolandia.sp.gov.br até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes “proposta” e “documentação”;

10.2. O aviso do edital será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, do Estado, da União e Jornal de Grande Circulação;

10.3. O EDITAL será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificados neste item.

11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório da concorrência e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. A pretensão referida no subitem 11.1. pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1.

11.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

11.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos da CONCORRÊNCIA, dando-se ciência às demais licitantes.

12. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório da Concorrência e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

12.1.1. As medidas referidas no subitem 12.1. poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1., diretamente no **Setor de Licitações**.

12.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório da Concorrência no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida.

12.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório da Concorrência, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame, se o caso.

13. CREDENCIAMENTO

13.1. Por ocasião da **fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado** o que se segue:

13.1.1. Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo (estatuto ou contrato social) da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, o instrumento de **procuração** pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga e instrumento constitutivo (estatuto ou contrato social) da empresa registrado na Junta Comercial;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



d) O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

f) Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

13.1.2. Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no anexo deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

13.1.3. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

- Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no anexo deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

13.1.4. A ausência da declaração de que trata o item 13.1.2. ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizarão a participação da licitante nesta **CONCORRÊNCIA**, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos **ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

13.1.5. O atendimento desta exigência é condição para que a licitante continue participando da **CONCORRÊNCIA**, devendo proceder, em seguida, à entrega dos envelopes proposta e documentos de Habilitação.

13.1.6. Encerrada a fase de credenciamento pelo Agente de Contratação, não serão admitidos novos credenciamentos de licitantes retardatários, tampouco será aceita a apresentação dos documentos mencionados nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 13.1.1 que não tenham sido entregues tempestivamente, ressalvada a hipótese de apresentação de documentos não autenticados, caso em que será permitida a conferência com os respectivos originais.

14. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. No horário e local indicados neste Edital será aberta a Sessão Pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados nos itens 8 e 9.

14.2. Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o Agente de Contratação os envelopes nº 1 e nº 2, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

14.3. O julgamento será feito pelo critério de **MAIOR OFERTA**, observadas as especificações e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;

14.4. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o preço do item por extenso. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

14.5. A análise das propostas pelo Agente de Contratação visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;
- d) apresentar preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero;
- e) se o preço for inexequível.

14.6. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Agente de Contratação dará por encerrado o certame, lavrando-se a ata a respeito.

14.7. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

14.7.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, o Agente de Contratação selecionará, sempre com base na classificação provisória, o licitante que tenha apresentado a proposta de maior preço e todas as outras que estejam em conformidade com o Edital.

14.7.2. O Agente de Contratação convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem crescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

14.7.4. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e crescentes, superiores à proposta de maior valor, observado o **acréscimo mínimo de R\$ 10,00 (dez reais)**.



MUNICÍPIO DE RIROLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



14.7.5. Quando convocado pelo Agente de Contratação, a desistência da licitante de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

14.7.6. A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das licitantes.

14.7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

14.7.8. Após a fase de lances serão classificadas na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 14.7.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

14.7.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

14.8. O Agente de Contratação poderá negociar com o autor da oferta de maior valor com vistas ao aumento do preço.

14.9. Após a negociação, o Agente de Contratação examinará a aceitabilidade do maior preço, decidindo motivadamente a respeito.

14.10. O Agente de Contratação deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

14.11. O Agente de Contratação poderá solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o licitante de maior preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto da Concorrência, suficientes para justificar a proposta escrita de maior preço ou o lance verbal de maior preço que apresentar.

14.12. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de maior preço ou o lance verbal de maior preço acarretará a desclassificação do licitante, nos termos do item 14.5.

14.13. Havendo uma única licitante ou tão somente uma proposta válida, o Agente de Contratação poderá decidir, justificadamente, pela suspensão da CONCORRÊNCIA, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição da CONCORRÊNCIA ou, ainda, dar prosseguimento a CONCORRÊNCIA, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

14.14. Considerada aceitável a oferta de maior preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua licitante.

14.15. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente de maior preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

14.16. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a licitante será declarada vencedora.

14.17. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Contratação e Equipe de apoio.

14.18. Havendo alteração do valor inicialmente ofertado decorrente de lances e/ou negociação, a licitante vencedora deverá entregar no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Rirolândia, até o final do dia da realização da sessão do processamento da Concorrência, a composição final dos preços da proposta apresentada, respeitada a proporção de aumento dos preços na etapa de lances.

15. RECURSO ADMINISTRATIVO

15.1. Por ocasião do final da sessão, a(s) licitante(s) que participou(aram) da CONCORRÊNCIA ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

15.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa / fase / procedimento da CONCORRÊNCIA, a licitante interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 03 (três) dias, a contar da ocorrência.

15.3. As demais licitantes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

15.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o Agente de Contratação examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado à autoridade competente para decisão.



15.5. Os autos da CONCORRÊNCIA permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 2.1. deste EDITAL.

15.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) licitante(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o Agente de Contratação adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) licitante(s) vencedora(s);

16.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) licitante(s) vencedora(s);

16.3. Compete à autoridade competente homologar a CONCORRÊNCIA;

16.4. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) licitante(s) adjudicatária(s) para assinar a ata detentora, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

17. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA

17.1. O resultado final da CONCORRÊNCIA será publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município**.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. A (s) proponente (s) adjudicatária (s) deverá (ão) comparecer para assinatura do Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da realização da Sessão Pública.

18.2. Não sendo assinado o Contrato, poderá o órgão licitante convocar a (s) outra (s) licitante (s) classificada (s), sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133 de 2021, observada a ampla defesa e o contraditório.

18.3. A (s) convocação (ões) referida (s) pode (m) ser formalizada (s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

18.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Licitante. Não havendo decisão, a assinatura do contrato deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contados da data da convocação.

18.5. Para a assinatura do contrato, a Municipalidade poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

18.6. Também para assinatura do Contrato, a (s) proponente (s) adjudicatária (s) deverá (ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

18.7. A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar / retirar o instrumento equivalentes dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da (s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item 21 e subitens.

18.8. Para a assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar:

a) Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

b) Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

18.9. O Contrato/Ata que for gerado através deste Edital, poderá ter sua duração prorrogadas, nos moldes permitido pelo Art. 84 e Art. 107 da Lei 14.133 de 2021, e alterações posteriores.

19. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto desta CONCORRÊNCIA será realizado de acordo com as Normas Técnicas e demais anexos que fazem parte integrante deste Edital.

19.2. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

19.3. A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade do objeto contratados.

20. PAGAMENTO

20.1. O **primeiro pagamento** ficará estipulado **em até 30 dias** após a assinatura do Contrato.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



20.2. O pagamento será efetuado à critério da Administração, podendo ser por meio de transferência bancária ou efetuado mediante recolhimento em guia própria, retirada no departamento de Lançadoria Municipal, no montante correspondente à proposta apresentada e homologada.

20.3. Não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente desta CONCORRÊNCIA.

20.4. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e os serviços deverão serem realizados sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura Municipal.

20.5. Em caso de atraso no pagamento, será aplicado um ajuste financeiro com base no IPCA-IBGE referente ao mês anterior ao inadimplemento. Além disso, será cobrada uma multa diária de 0,5% sobre o valor mensal do Contrato/Concessão até que o pagamento seja regularizado.

20.5.1. Caso o atraso persista, a Concessionária autoriza ser notificada por qualquer meio, incluindo e-mail ou WhatsApp, para que desocupe o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias.

20.5.2. A Concessionária permanecerá responsável pelo pagamento até o dia da desocupação efetiva, devendo comunicar a desocupação ao Município através de protocolo realizado pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal de Riolândia/SP.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em retirar e devolver devidamente assinado o Termo de Contrato importará em multa de 20% sobre o valor total constante da proposta. A recusa se configura a partir do 5º dia útil da data da notificação para retirada e devolução devidamente assinado. Também incide nas mesmas sanções a microempresa ou empresa de pequeno porte que, uma vez consultada, valer-se do tratamento privilegiado de que trata os artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº. 123/2006, e que, sem justo motivo deixar de contratar por não apresentar a regularidade tempestiva da situação fiscal;

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.6. Eventual aplicação de multa e penalidade observará a previsão do Art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

22. DO REAJUSTAMETO

22.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência inicial do Contrato, qual seja, 12 (doze) meses. Podendo ser feito em caso de prorrogação pelo mesmo período.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas disciplinadoras desta CONCORRÊNCIA serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as licitantes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

23.2. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta CONCORRÊNCIA, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



23.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em sentido contrário.

23.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

23.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da licitante, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública da CONCORRÊNCIA.

23.6. A(s) licitante(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado da CONCORRÊNCIA.

23.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da licitante, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

23.8. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase da CONCORRÊNCIA.

23.09. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

23.10. Após a publicação do extrato do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

23.11. Os casos omissos neste EDITAL DE CONCORRÊNCIA serão solucionados pelo Agente de Contratação, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

23.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente a Comarca de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Prefeitura Municipal de Riolândia-SP, 15 de julho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS SANTANA DA SILVA
Prefeito Municipal



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação se trata da concessão de uso de espaço público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete).

O imóvel se destina a prestação de serviços na comercialização de alimentos e bebidas e serviço de recepção e orientação de visitantes/turistas.

- a) **NATUREZA:** A presente concessão refere-se à prestação de serviço especializado, classificado como serviço comum, tendo em vista a natureza da atividade e sua execução conforme as normas técnicas e regulamentações vigentes.
- b) **LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURA:** O espaço se encontra localizado na Prainha Municipal de Riolândia, contando com infraestrutura adequada para a atividade pretendida, incluindo:
- Área coberta destinada ao atendimento e preparo de alimentos;
 - Banheiros fixos para uso dos frequentadores;
 - Sistema de energia elétrica e abastecimento de água (a água não é potável);

c) **PLANILHA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:**

Item	Descrição	Unid.	Qnt
1	Utilização de espaço público na área da Prainha Municipal de Riolândia-SP, para exploração comercial de um Restaurante e/ou Lanchonete, com foco em um ambiente familiar, proporcionando serviços de alimentação e bebidas de qualidade aos frequentadores.	Serv. Mensal	12

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

O espaço em questão encontra-se inoperante há alguns anos e a presente contratação visa restabelecer seu funcionamento adequado.

O objetivo é proporcionar um ambiente familiar e atrativo, que possa ser frequentado por moradores e turistas, fomentando o lazer e o desenvolvimento econômico local. Além disso, a concessão desse espaço possibilitará a geração de receita para o Município, contribuindo para a arrecadação dos cofres públicos.

A Concessão de Uso do Imóvel é importante para manter a conservação do patrimônio público em busca de um bem-estar social, visto que, a Prainha Municipal, é um local privilegiado por sua estrutura de ranchos e quiosques às margens do Rio.

A Praia Artificial do Município de Riolândia/SP é uma das mais visitadas e conhecidas da região e possui como infraestrutura diversos quiosques grandes e pequenos, com churrasqueira, energia elétrica, duchas, quadra de futsal, área de playgrounds infantis na areia, além dos Chalés, embarque e desembarque de barcos, lanchas e jet-ski. Deste modo, a praia é uma ótima opção para prática de esportes náuticos, pescaria e lazer com a família e amigos.

Assim, a Lanchonete ou Restaurante da Prainha será mais um local de lazer para os frequentadores da praia e além disso, a concessão do local destinado para Lanchonete/Restaurante será mais uma fonte importante de receita para o município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente concessão visa proporcionar uma solução estruturada para a utilização e exploração comercial de um bar e lanchonete na Prainha Municipal de Riolândia-SP.

O objetivo é reativar e manter o funcionamento adequado do espaço, oferecendo um ambiente familiar e agradável aos frequentadores, com serviços de alimentação e bebidas de qualidade.

A solução contempla:



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- A disponibilização do espaço público para a exploração comercial por meio de concessão, garantindo que o local seja utilizado de forma organizada e benéfica para a população e turistas;
- A implementação de um serviço eficiente e regular, que atenda às necessidades dos usuários, respeitando normas sanitárias e regulamentações vigentes;
- A responsabilidade do concessionário pela manutenção e operação do espaço, sem custos adicionais para o Município, assegurando a conservação da infraestrutura existente e a qualidade do atendimento;
- A fiscalização e acompanhamento da administração municipal, garantindo o cumprimento das regras estabelecidas no contrato de concessão e a adequação dos serviços prestados.

Dessa forma, a concessão possibilita a melhoria da infraestrutura turística e de lazer do Município, incentivando o desenvolvimento econômico local, gerando oportunidades de emprego e promovendo a valorização da Prainha Municipal como um espaço de convivência e entretenimento.

4. RAZÃO DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE CONCESSÃO

A opção pela concessão do espaço público na Prainha Municipal de Riolândia-SP fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada utilização e exploração do local, promovendo benefícios tanto para o Município quanto para a população e os visitantes.

A adoção desse modelo se justifica pelos seguintes fatores:

- **Eficiência na gestão do espaço:** A concessão permite que a operação do bar e lanchonete seja conduzida por um particular especializado, garantindo um serviço de qualidade sem onerar a administração pública com custos operacionais diretos;
- **Fomento ao desenvolvimento econômico:** A exploração comercial do espaço possibilita a geração de empregos diretos e indiretos, além de movimentar a economia local com o consumo de produtos e serviços;
- **Melhoria da infraestrutura turística e de lazer:** O funcionamento adequado do estabelecimento contribui para a valorização da Prainha Municipal como um espaço de convivência e lazer, tornando-a mais atrativa para moradores e turistas;
- **Aumento da arrecadação municipal:** A concessão gera receita para o Município por meio do pagamento previsto contratualmente, garantindo um retorno financeiro que pode ser reinvestido em melhorias na infraestrutura pública;
- **Otimização dos recursos públicos:** O modelo de concessão permite que o Município direcione seus recursos e esforços para outras áreas prioritárias, enquanto o concessionário assume a responsabilidade pela manutenção e operação do espaço;
- **Segurança jurídica e administrativa:** A concessão é realizada com base em normas e regulamentos vigentes, assegurando transparência e legalidade ao processo, além de garantir mecanismos de fiscalização e controle por parte do poder público.

Dessa forma, a adoção do sistema de concessão se mostra a alternativa mais viável para garantir o pleno funcionamento do espaço, promovendo benefícios sociais e econômicos de forma sustentável.

- MODALIDADE DA LICITAÇÃO:** A licitação será realizada através da modalidade Concorrência, que é a forma adequada para a contratação de bens, serviços especiais, obras e serviços comuns e especiais de engenharia, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.
- DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:** A pessoa física que porventura se tornar vencedora do certame deverá constituir empresa, cujo objeto social seja o ramo de restaurantes e similares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de homologação do certame e antes da assinatura do Termo de Concessão de Uso. Caso a licitante vencedora for pessoa jurídica e, seu ramo de atividade não constar restaurante e similares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá ser apresentada a alteração contratual, onde conste como objeto a inclusão do mesmo.
- JUSTIFICATIVA DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA NA FORMA PRESENCIAL:** A realização da sessão presencial para este procedimento licitatório é justificada pela natureza e complexidade dos serviços a serem contratados, que demandam uma análise detalhada das propostas e a possibilidade de esclarecimentos em tempo real, assegurando maior transparência e eficiência ao processo licitatório. Dessa forma, a realização da sessão presencial garante a isonomia entre os concorrentes, a lisura do certame e o pleno atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- d) **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO:** O critério de julgamento do presente certame será o de maior lance, na forma de remuneração mensal, oferecido pelo uso da dependência, objeto deste edital, consoante a melhor proposta em razão do critério de maior oferta de pagamento pelo aluguel.

O valor mínimo do lance será de R\$ 1.316,67 (mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

O objeto desta Concorrência será adjudicado à licitante cuja proposta seja julgada vencedora. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências desta Concorrência Pública, bem como as que apresentarem ofertas abaixo do valor de avaliação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O contrato de Concessão terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado conforme o interesse do Município e o desempenho do Concessionário.

O Concessionário será responsável por todos os custos de manutenção e operação do espaço, incluindo despesas com infraestrutura, equipamentos e pessoal necessário para a execução das atividades.

O Município poderá fiscalizar o funcionamento do estabelecimento a qualquer momento, garantindo o cumprimento das condições contratuais, das normas sanitárias e da legislação vigente.

A concessão não gera vínculo empregatício entre o Concessionário e a Administração Pública, sendo de responsabilidade exclusiva do Concessionário a gestão de seus funcionários e colaboradores.

A seleção da Concessionária será realizada por meio de um processo público e transparente, com base nos seguintes critérios:

- a) **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** Avaliação da qualidade do serviço proposto, considerando a experiência do proponente na área de alimentação e bebidas, o compromisso com a manutenção de um ambiente familiar e seguro, e a capacidade de atender às exigências sanitárias e regulamentações vigentes.
- b) **PROPOSTA FINANCEIRA:** Análise da melhor oferta para a utilização do espaço, considerando o valor proposto para a concessão, desde que respeite o valor mínimo estabelecido pelo Município. A proposta financeira será comparada com o valor de mercado e com a viabilidade da operação do serviço.
- c) **PLANO DE OPERAÇÃO:** Exame do plano detalhado de operação do restaurante/lanchonete, que deverá incluir a gestão dos recursos humanos, a manutenção do ambiente, a qualidade do cardápio, a estratégia de atendimento e o cumprimento das normas de segurança, higiene e conforto para os frequentadores.
- d) **VISITA TÉCNICA:** A visita técnica será facultativa, pois em anexo ao Termo de Referência terão fotografias do local. No entanto, se a empresa interessada optar por fazer uma visita técnica ao local aonde se encontra o estabelecimento, a visita deverá ser realizada até 24 horas antes da data de realização da sessão pública e durante o horário comercial.

O agendamento da visita técnica deverá ser feito com a senhora Roberta Borges da Silva, através do telefone (17) 3801-9020.

A visita técnica representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características e especificações, condições ou dificuldades que possam interferir na concessão, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. Não será emitido Termo de Vistoria, pois a não realização da visita não inabilitará a licitante.

6. REQUISITOS PARA O FUNCIONAMENTO / EXECUÇÃO DO OBJETO

A concessionária deverá atender aos seguintes requisitos para o adequado funcionamento do espaço concedido:

- Manter um ambiente familiar e seguro, vedando qualquer atividade que comprometa a ordem pública;
- Oferecer um cardápio variado, incluindo lanches, refeições e bebidas, garantindo a qualidade dos produtos e do atendimento;
- Manter a tabela de preços em local visível, devendo conter todos os produtos postos à venda, para efeito de fiscalização pela Concedente e usuários;
- Os preços deverão ser compatíveis com os valores praticados na cidade;
- Em caso de irregularidades e dependendo da gravidade a Concessionária poderá sofrer multas e punições de acordo com a legislação do PROCON;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- Produtos alimentares e bebidas pré-elaboradas, industrializados ou disponíveis em mostruário devem ter adequada armazenagem, manutenção e controle de temperatura;
- Deverá possuir equipamentos para aquecimento e refrigeração de alimentos, além de toda a louça e utensílios necessários a prestação de serviços;
- Cumprir rigorosamente todas as normas sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis;
- Estabelecer regras para os usuários, incluindo a proibição de som alto ou eventos que prejudiquem o conforto dos frequentadores, salvo em situações previamente autorizadas pelo poder Concedente;
- Para a realização de quaisquer tipos de eventos ou atividades que não tenham finalidade exclusivamente gastronômica, a Concessionária deverá, antecipadamente, protocolar um pedido, por escrito, solicitando a permissão da Diretoria Municipal de Cultura e Turismo, o qual será efetivamente autorizado somente após a apresentação de Alvará Judicial expedido pelas autoridades competentes;
- Em caso de realização de eventos ou atividades que não tenham finalidade exclusivamente gastronômica, a Concessionária será exclusivamente responsável pela segurança do evento, devendo contratar profissionais devidamente qualificados para garantir a ordem e a integridade dos participantes.

A Concessionária será a **única responsável por qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer**, no local da Lanchonete ou Restaurante, envolvendo pessoas e/ou bens.

O horário de funcionamento da Lanchonete/Restaurante será estabelecido pela Prefeitura, respeitando a dinâmica do local e a demanda dos frequentadores.

Atualmente, o horário de funcionamento estabelecido é de terça-feira a domingo, das 7h às 22h (sete da manhã até dez da noite). O horário estipulado não é fixo e poderá ser alterado pela Prefeitura, mediante interesse desta.

O funcionamento será vedado às segundas-feiras, dia reservado para a limpeza geral da Prainha Municipal e dos quiosques pelo Município. Nesse dia, o acesso ao local será restrito, não sendo permitida a circulação de pessoas sob qualquer circunstância.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Para a adequada aceitação da concessão e do serviço prestado, o Concessionário deverá atender aos seguintes critérios:

- **Regularidade do funcionamento:** O espaço deverá operar de forma contínua e organizada, garantindo o atendimento ao público nos horários e condições estabelecidos no Termo de Referência, Edital e Contrato;
- **Cumprimento das normas sanitárias e de segurança:** O concessionário deverá observar todas as exigências legais aplicáveis, incluindo regulamentações de vigilância sanitária, segurança alimentar e normas de segurança do trabalho;
- **Manutenção da infraestrutura:** O espaço concedido deverá ser mantido em bom estado de conservação, garantindo a integridade das instalações, equipamentos e mobiliários existentes;
- **Qualidade dos serviços prestados:** O atendimento ao público deverá ser eficiente e cordial, e os produtos ofertados devem atender a padrões adequados de higiene, apresentação e qualidade;
- **Respeito às regras de convivência:** O ambiente deverá ter caráter familiar e seguro, com a observância das diretrizes contratuais, incluindo o controle de ruídos e a vedação de atividades que comprometam a ordem pública;
- **Cumprimento das obrigações contratuais:** O concessionário deverá seguir todas as cláusulas do contrato, incluindo a responsabilidade pela segurança em eventos e pela gestão operacional do espaço;
- **Fiscalização pelo Município:** A Administração Pública poderá, a qualquer momento, realizar inspeções para verificar o cumprimento das exigências estabelecidas, podendo aplicar sanções em caso de descumprimento.

A não observância dos critérios acima poderá resultar na aplicação de penalidades previstas no Contrato, incluindo advertências, multas ou a rescisão da concessão.

8. GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia contratual para o presente certame. No entanto, a Concessionária será integralmente responsável por:

- Zelar pela conservação e manutenção do espaço concedido, garantindo que a infraestrutura permaneça em condições adequadas de uso durante toda a vigência do Contrato;
- Arcar com eventuais danos causados ao patrimônio público, sejam eles decorrentes da operação do estabelecimento ou da negligência na manutenção do local;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- Cumprir todas as normas de segurança e regulamentações aplicáveis, assumindo a responsabilidade por qualquer incidente que ocorra em razão da exploração do serviço;
- Garantir a qualidade dos serviços prestados, atendendo aos padrões exigidos no contrato e respeitando as normas sanitárias e ambientais vigentes;
- Assegurar que qualquer modificação ou melhoria realizada no espaço seja previamente autorizada pelo poder concedente, não gerando direito à indenização ou reembolso ao término da concessão.

O descumprimento dessas responsabilidades poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

A gestão contratual será realizada pelo senhor Jamarco Pereira Ribeiro, Chefe de Gabinete.

A fiscalização do contrato será de responsabilidade da senhora Roberta Borges da Silva, Coordenadora Municipal de Turismo, Lazer e Cultura, a qual deverá executar as seguintes funções de:

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário;
- Exigir pontualidade no cumprimento dos horários fixados no presente contrato;
- Observar o cumprimento das obrigações e responsabilidades apontadas no contrato;
- Anotar todas as queixas (sejam elas por parte de usuários ou por parte da Administração Pública) para serem examinadas;
- Propor as penalidades pertinentes, quando não for atendida a notificação das irregularidades;
- Exigir a limpeza da área física, equipamentos e utensílios utilizados à disposição da contratada e/ou empregados na execução dos serviços;
- Verificar os hábitos de higiene do pessoal da Contratada;
- Fazer vistorias periódicas do local.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (MUNICÍPIO)

Caberá ao Município observar se durante a vigência do Contrato estão sendo mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a assinatura do Contrato. Além disso, a Prefeitura será responsável por:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo concessionário, especialmente quanto à qualidade dos serviços prestados e à manutenção do espaço concedido;
- Fazer vistorias periódicas do local objeto da Concessão;
- Registrar e documentar eventuais falhas detectadas na execução do contrato, mantendo um controle atualizado das ocorrências;
- Notificar formalmente a Concessionária sobre quaisquer irregularidades, determinando a adoção das medidas corretivas necessárias dentro dos prazos estabelecidos;
- Aplicar as penalidades previstas no contrato, caso sejam constatadas infrações ou descumprimentos das obrigações contratuais, sempre observando o devido processo legal e o direito à ampla defesa e contraditório;
- Adotar as providências administrativas cabíveis, conforme previsto na legislação vigente, para garantir a adequada prestação do serviço e a manutenção do interesse público.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (CONCESSIONÁRIA)

A empresa concessionária deverá cumprir integralmente com as seguintes obrigações:

- Operar os serviços de comercialização de alimentos e bebidas, utilizando as instalações e bens cedidos, na forma compatível com sua destinação e características, exclusivamente para os fins descritos no objeto do presente Termo de Referência, o qual integrará o Edital e o Contrato;
- Responsabilizar-se pela quitação de todas as despesas do imóvel destinados exclusivamente ao prédio da Lanchonete/Restaurante, exemplo: contas de energia, água, esgoto, etc;
- Responsabilizar-se pela manutenção das edificações, da urbanização e paisagismo (manter a manutenção do gramado, com roçadas periódicas, de maneira a manter o gramado aparado e sem tiriricas), do mobiliário, dos utensílios, dos equipamentos, das infraestruturas e todos os outros bens móveis e imóveis utilizados na prestação do serviço, durante todo o período de utilização do bem público.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- Responsabilizar-se por qualquer tipo de dano ou prejuízo que tenha sido causado às instalações. As instalações e equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento da atividade permitida, serão de inteira responsabilidade da Concessionária, correndo às suas expensas despesas correspondentes;
- Zelar pela conservação e limpeza do local, garantindo um ambiente sempre higienizado e em boas condições de uso. Cumprir observar que as lixeiras devem ser posicionadas em locais convenientes, de fácil acesso e em quantidades suficientes. As lixeiras também deverão ser vedadas, para evitar o acúmulo de água e o acesso de animais silvestres;
- Manter a limpeza, a higiene, a organização e a manutenção de toda a área disponibilizada para utilização, incluindo suas instalações elétricas, hidráulicas, e de esgotamento sanitário;
- Cumprir rigorosamente as normas ambientais e sanitárias exigidas pelos órgãos competentes, assegurando o atendimento adequado aos frequentadores;
- Obedecer às normas sanitárias aplicáveis quanto ao preparo e acondicionamento de alimentos e bebidas;
- Efetuar o pagamento regular do Contrato, tributos municipais e demais encargos referentes ao uso do espaço concedido;
- **Não ceder, transferir ou sublocar o espaço sem termo de autorização expressa da Prefeitura Municipal de Riolândia/SP;**
- Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, fretes, impostos e quaisquer outros custos operacionais;
- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município;
- Corrigir imediatamente qualquer falha na prestação dos serviços, quando notificado pela Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
- Manter, durante o período da concessão, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Funcionamento diário na forma prevista no Termo de Referência, Edital e Contrato do presente certame;
- Uso de uniformes padronizados pelos empregados e colaboradores, que deverão ser mantidos em perfeitas condições de asseio e conservação;
- Exibir, quando solicitado pela fiscalização, o documento fiscal de origem dos produtos comercializados;
- Manter padrão sanitário na preparação e comercialização de gêneros alimentícios e bebidas de acordo com a legislação em vigor, que devem ter a procedência identificável;
- Executar as obras de reforma necessárias, DESDE QUE AUTORIZADAS pela Administração Municipal;
- Findo o prazo de concessão/permissão, devolver o bem público municipal em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- Respeitar os níveis máximos de som ou ruídos permitidos pela legislação municipal;
- Recolher, ao término diário da atividade, todo o lixo produzido, que será acondicionado em equipamento adequado e retirado do local;
- Manter-se regular com os órgãos de fiscalização, em qualquer instância, assim como com as entidades de classe que regulamentem as atividades profissionais desenvolvidas no local.
- Deverá possuir equipamentos para aquecimento e refrigeração de alimentos, além de toda a louça e utensílios necessários a prestação de serviços;
- Deverá manter as condições de higiene e armazenamento de alimentos determinados pela Vigilância Sanitária e previstas na legislação em vigor, bem como proceder à manutenção de suas instalações, conforme ditames legais;
- Deverá fixar em local visível ao público os devidos Alvarás: Alvará de Funcionamento; Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB; Alvará Sanitário;
- Será exigido o uso de luvas, máscaras descartáveis e toucas, também a todos os empregados que trabalharem na distribuição e na elaboração dos alimentos;
- Cumprir fielmente o contrato firmado, de modo que não haja nenhuma reclamação dos usuários;
- Devolver todos os bens cedidos pela Prefeitura, vinculados à prestação de serviços, no término do prazo contratual;
- A Contratada é a única responsável por qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer no âmbito da Lanchonete/Restaurante envolvendo pessoas e/ou bens;
- Fornecer quando solicitado amostras de alimentos para que seja atestada a qualidade dos produtos ofertados;
- Retirar todos os materiais considerados nocivos e prejudiciais à saúde dos consumidores, quando recomendado pela fiscalização, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- Afastar imediatamente do serviço da Lanchonete/Restaurante, quaisquer dos seus empregados, cuja condição de saúde se apresente insatisfatória;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



- Manter limpas as áreas internas e externas;
- Deverá ser feita dedetização da Lanchonete/Restaurante no mínimo a cada 03 (três) meses;
- Obedecer rigorosamente à legislação reguladora referentes aos Serviços Contratados, às normas vigentes da Secretaria da Saúde e do Ministério do Trabalho e às normas sanitárias contidas, quanto ao armazenamento de gêneros alimentícios, limpeza e uniformes, sendo responsabilidade da Contratada, quaisquer consequências advindas do descumprimento das mesmas;
- A Contratada manterá o padrão de qualidade dos cardápios diários com as reposições necessárias antes do término dos alimentos, de forma contínua, de todas as preparações, desde o início do horário estabelecido até o último usuário sair, ou término do horário de prestação dos serviços;
- A preparação dos alimentos servidos na Lanchonete/Bar/Restaurante deverá ser realizada na cozinha do mesmo e deverá obedecer às Normas Sanitárias, as lavagens das frutas e verduras deverão ser feitas em água corrente. Estes itens deverão ser higienizados em solução de hipoclorito, própria para alimentos, de acordo com as instruções do fabricante;
- Não usar as instalações e equipamentos da Lanchonete//Restaurante para produzir alimentos e serviços para outros estabelecimentos que não seja a da Contratada;
- A Contratada deverá manter as instalações e os equipamentos da Lanchonete/Restaurante sempre impecavelmente limpos;
- Caberá à Contratada refazer ou substituir, imediatamente, no todo ou em parte, os alimentos constantes do cardápio, ainda que já preparados e servidos quando constatada qualquer irregularidade no preparo ou apresentação dos mesmos pela fiscalização ou por usuário da Lanchonete/Restaurante;
- As possíveis intervenções para utilização e pleno funcionamento da Lanchonete/Restaurante ficarão às expensas da Contratada, sem quaisquer ônus para a Prefeitura;
- O pagamento de seguros, impostos, taxas de serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes à comercialização dos produtos objeto da Licitação, em conformidade e obediência à legislação pertinente;
- Vigilância, guarda e conservação do imóvel. Cumpre observar que quaisquer acidentes ou danos causados a pessoas ou coisas verificadas no recinto do espaço cedido, pelos empregados da Contratada ou por terceiros, são de exclusiva responsabilidade a guarda e conservação do mesmo, bem como de todas suas benfeitorias. Caberá à Contratada a reparação às suas expensas, de qualquer dano ao imóvel pelo uso normal, ou advindo de motivos de força maior ou caso fortuito;

O não cumprimento das obrigações estabelecidas poderá resultar na aplicação de penalidades, conforme previsto no Contrato e na legislação vigente.

12. PAGAMENTO

- Valor do Pagamento: Montante correspondente à proposta homologada;
- Data de Pagamento do Aluguel: até o dia 10 (dez) de cada mês;
- Forma de Pagamento: Guia emitida pelo Departamento de Lançadoria Municipal, que deverá ser recolhida em Banco credenciado pelo Município.

Em caso de atraso no pagamento, será aplicado um ajuste financeiro com base no IPCA-IBGE referente ao mês anterior ao inadimplemento. Além disso, será cobrada uma multa diária de 0,5% sobre o valor mensal do Contrato/Concessão até que o pagamento seja regularizado.

Caso o atraso persista, a Concessionária autoriza ser notificada por qualquer meio, incluindo e-mail ou WhatsApp, para que desocupe o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias.

A Concessionária permanecerá responsável pelo pagamento até o dia da desocupação efetiva, devendo comunicar a desocupação ao Município através de protocolo realizado pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal de Riolândia/SP.

13. DAS BENFEITORIAS

Benfeitorias e/ou alterações no imóvel poderão ser realizadas somente nos casos em que sejam necessárias à execução dos serviços da Concessionária, mediante prévia autorização expressa do Município.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



As demais alterações ou benfeitorias que forem feitas com prévio consentimento do Município, poderão integrar o imóvel, desde que indenizadas, ou serem retiradas pela Concessionária, quando não afetarem a estrutura e a substância do imóvel.

O Município não se responsabilizará por quaisquer benfeitorias/alterações realizadas na ausência de Termo de Autorização.

14. DAS PROIBIÇÕES

Constituem proibições aos Concessionários:

- Arrendar, ceder, locar ou vender, total ou parcialmente, a qualquer título, a qualquer termo, a concessão de uso, ou o respectivo espaço físico, não podendo ser descaracterizado os termos da concessão;
- Expor, comercializar, oferecer ao público, armazenar, transportar, manter, mesmo que para consumo/uso próprio, mercadoria ilícita ou em desconformidade com os padrões sanitários e de segurança definidos em Lei ou ato administrativo de órgão regulador;
- Vender à criança ou ao adolescente, bebidas alcóolicas, cigarros ou produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida, na forma definida em Lei ou por ato administrativo de órgão regulador;
- Impedir a exposição de publicação, cartazes, avisos e fotografias de interesse público, quando solicitado pelo Executivo Municipal;
- Impedir a ação da fiscalização ou exercício regular do poder de polícia dos órgãos públicos;
- Veicular ou expor propaganda política, ideológica ou eleitoral no Restaurante/Lanchonete, inclusive em seu mobiliário;
- Alterar as características internas ou externas do espaço, salvo quando autorizado pelo Poder Público;
- Deixar de manter em condições de higiene e funcionamento as instalações do Restaurante/Lanchonete;
- Interromper o atendimento ao público por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, sem justo motivo ou autorização do órgão competente;
- Tratar o público com descortesia;
- A execução de música ao ar livre ou promoção de eventos artísticos fora dos horários e limites para emissão de som ou ruídos estabelecidos pela legislação em vigor;
- O fabrico ou cocção de alimentos no lado externo do Restaurante/Lanchonete;
- Ampliar a área do objeto de concessão e seu entorno, seja com estrutura fixa ou móvel, fora dos padrões estabelecidos no Termo de Referência.

É completamente PROIBIDO manter o portão de acesso à Praia aberto durante as datas festivas. O portão de acesso à praia deverá se manter trancado, podendo se manter aberto somente o portão de acesso ao bar pela via pública.

15. SANÇÕES E PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato poderão resultar na aplicação das seguintes sanções e penalidades:

- **Advertência:** Em caso de infrações leves ou descumprimentos pontuais, será aplicada uma advertência formal à Concessionária, com prazo para correção da falha identificada;
- **Multa:** Caso o descumprimento persista ou envolva infrações mais graves, será aplicada multa conforme o valor estipulado no contrato, calculada com base na gravidade da infração e no impacto causado ao serviço e à operação do espaço concedido;
- **Rescisão do Contrato:** Em caso de descumprimento reiterado das obrigações contratuais, falhas graves no serviço ou outros fatores que comprometam o interesse público, poderá ser decretada a rescisão unilateral do contrato, com a consequente perda da concessão e a responsabilização da Concessionária por eventuais danos ou prejuízos causados ao Município.

Serão aplicadas, em conjunto ou isoladamente, as sanções decorrentes de fiscalização pelos órgãos competentes, relativas ao exercício do poder de polícia administrativo.

A Contratada responderá pelas infrações cometidas por seus empregados.

As sanções serão aplicadas conforme o previsto no contrato, respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório, e sempre de acordo com a legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



16. DA RESCISÃO:

O Termo de Concessão de Uso será rescindido, independentemente de ato especial, retornando o imóvel à Prefeitura, sem direito da concessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas se:

- Vier a ser dado à área cedida utilização diversa da que é ela foi destinada conforme regras descritas no Termo de Referência e Contrato;
- Ocorrer renúncia a concessão ou se a concessionária deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;
- Houver, em qualquer época, necessidade de a Concedente dispor, para seu uso, da área vinculada a este Termo;
- Ocorrer o cumprimento irregular ou inadimplemento das cláusulas estabelecidas no Edital e neste Termo, principalmente pela falta de pagamento;
- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Termo.

Ressalvadas as hipóteses previstas neste instrumento, a revogação do Termo de Concessão de Uso poderá ser determinada a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito da Prefeitura, motivado por razões de conveniência e oportunidade da Administração Pública, sem que seja devida a concessionária indenização de qualquer espécie ou natureza.

O Termo do Contrato de Concessão de Uso poderá ser revogado por vontade da Prefeitura, mediante comunicação por escrito à Administração.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor mínimo das ofertas foi fixado pelo valor médio dos valores definidos por laudos de avaliação técnica confeccionados por imobiliárias locais.

Estimou-se o valor médio de **R\$ 1.316,67 (mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)** para que seja o valor mínimo do lance.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Não será necessária a indicação de recursos orçamentários, uma vez que a contratação prevista gerará receita para o Município, e não implicará em despesas orçamentárias.



ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL

À
Prefeitura Municipal de Riolândia
Ref. Processo de Licitação nº 088/2025
Concorrência Presencial nº 003/2025

DADOS DA LICITANTE	
Denominação:	
Endereço:	
Município:	Estado:
CEP:	Fone/Fax:
CNPJ:	E-mail:

OBJETO: Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

MODELO DE PROPOSTA

Item	Descrição	Qntd.	Unid.	Valor Mensal (aluguel)	Valor Anual (x12)
01	Uso de área de aproximadamente 25.000,00 m², sem benfeitorias, destinada ao “Bar da Praia”, na Praia Artificial do Município de Riolândia-SP.	12	Serv.	R\$	R\$

Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____.

OBSERVAÇÃO: Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.

DECLARO que o preço indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

DECLARO estar apto a fornecer o objeto do presente, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e/ou a terceiros.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



Local e data.

Assinatura
Nome e Cargo



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Riolândia
Ref. Processo de Licitação nº 088/2025
Concorrência Presencial nº 003/2025

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante **PROCURADOR** o(a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente Concorrência Presencial nº ____/2025, Processo de Licitação nº ____/2025, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do concorrência, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Local e data.

Assinatura
Nome

Obrigatoriedade: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir com firma reconhecida e acompanhada do Contrato Social da licitante ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.162.864/0001-48



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Riolândia
Ref. Processo de Licitação nº 088/2025
Concorrência Presencial nº 003/2025

Sr. Agente de Contratação,

Pelo presente, **DECLARO (AMOS)** que, nos termos do Art. 63, I, da Lei n.º 14.133 / 2021, esta empresa(indicação da razão social) **CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** para o Processo de Licitação nº ____/2025 - Concorrência Presencial nº ____/2025, cujo objeto é a Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

Local e data.

Assinatura
Nome e Cargo



ANEXO V - DECLARAÇÕES

À
Prefeitura Municipal de Rirolândia
Ref. Processo de Licitação nº 088/2025
Concorrência Presencial nº 003/2025

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, representada pelo(a) sr. (a) (representante legal da empresa), no cargo de, portador (a) do RG nº e do CPF nº, **DECLARA** sob as penas da Lei:

a) Que a empresa se encontra em situação regular no **Ministério do Trabalho** no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

b) A empresa atende às normas relativas à **Saúde e Segurança no Trabalho**, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

c) Declaração que não possui em sua Cadeia produtiva, empregados executando **Trabalho Degradante** ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal.

d) Ter ciência de que a existência de registro no **Cadin Estadual**, exceto se suspensão, impede(m) a contratação com a Prefeitura Municipal de Rirolândia, de acordo com a Lei Estadual nº 12.799/08.

e) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação da referida empresa no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. A empresa não possui qualquer dos **impedimentos** previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra;

f) Declaração de que cumpre as exigências de **reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Declaração de que suas **propostas econômicas** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

h) **Conhece e concorda** com todos os termos do presente Edital, tem conhecimento do objeto a ser fornecido, e examinou o Edital, termo de referência e demais anexos, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;

i) Declaração de que a **proposta** apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira **independente** pelo Licitante, da seguinte forma:

I. a proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

II. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação em epígrafe não foi informada, discutida recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

III. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe quanto a participar ou não da referida licitação;

IV. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe antes da adjudicação do objeto da referida licitação;



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



V. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante deste órgão antes da abertura oficial das propostas; e

VI. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

e) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

f) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

g) **Para microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos conheço na íntegra.

Local e data.

Assinatura
Nome e Cargo



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2025

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL

CONTRATANTE (CONCEDENTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ de nº 45.162.864/0001-48, com sede na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, CEP: 15.495-011, Riolândia-SP, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **ANTÔNIO CARLOS SANTANA DA SILVA**, portador do RG nº 25.381.748-1 SSP-SP e do CPF 251.087.308-37.

CONTRATADA (CONCESSIONÁRIA): empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada à _____, representada pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº _____ e CPF nº _____.

Pelo presente instrumento de Contrato de Concessão de Uso de Bem Público Municipal, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, as partes firmam o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo de Licitação nº 088/2025 – Concorrência Presencial nº 003/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a outorga, pelo Município de Riolândia, da Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

- 2.1.** A Concessionária pagará ao Município pelo uso do imóvel, o valor de R\$ _____ (reais) mensais.
- 2.1.1.** O valor acima estipulado deverá ser recolhido mediante o pagamento de guia, emitida pelo Departamento de Lançadoria do Município de Riolândia.
- 2.1.2.** O pagamento da guia somente poderá ser realizado em banco credenciado ao Município.
- 2.1.3.** O atraso no pagamento dos valores previstos nesta cláusula Segunda sujeitará a Contratada ao pagamento dos mesmos corrigidos e demais penalidades previstas na Cláusula Sexta.
- 2.1.4.** O valor do Contrato será reajustado anualmente pelo índice IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (CONCESSIONÁRIA)

- 3.1.** São obrigações da Contratada (Concessionária):
- 3.1.1.** Cumprir/exercer fielmente o objeto do presente Contrato;
- 3.1.2.** Observar, rigorosamente, as finalidades para as quais lhe foi outorgada a concessão de uso;
- 3.1.3.** Pagar pontualmente o valor fixado na Cláusula Segunda do presente contrato;
- 3.1.4.** Sujeitar-se à fiscalização do Município;
- 3.1.5.** Zelar pela manutenção e conservação do bem concedido, inclusive dos acessórios que o acompanham;
- 3.1.6.** Arcar com as despesas de consumo de água (em condomínio), energia elétrica (medidor individual), esgoto, gás, telefone e quaisquer outras despesas/taxas diversas;
- 3.1.7.** Devolver o bem, com seus acessórios (se for o caso), ao final do prazo, ou por motivo de rescisão do presente contrato, nas mesmas condições em que foram recebidos;
- 3.1.8.** Realizar seguro que garanta a vida das pessoas e a integridade dos bens concedidos, inclusive contra fogo;
- 3.1.9.** Manter-se, durante todo o período da Concessão, em compatibilidade com todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Edital de Concorrência Pública nº 003/2025, bem como com as obrigações ora assumidas;
- 3.1.10.** Apresentar no período máximo de 90 (noventa) dias a documentação referente ao Alvará de Funcionamento, Alvará Sanitário e Autorização do Corpo de Bombeiros. Cumpre observar que os serviços não poderão ser iniciados sem as autorizações pertinentes a cada atividade, devendo ainda os concessionários, apresentar cópias das licenças à Diretoria de Licitações, para juntada nos autos do Processo de Licitação.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE MUNICÍPIO

4.1. São obrigações do Município:

4.1.1. A outorga da concessão de uso do bem descrito na cláusula primeira, à Contratada, de forma onerosa, para fins de concessão administrativa de uso, onerosa, de bem imóvel do Município, localizado na Praia Artificial do Município de Riolândia/SP, na área destinada à lanchonete/restaurante;

4.1.2. Exercer a fiscalização sobre o uso do bem imóvel, objeto deste contrato, mediante fiscalização designada nos autos do presente Processo de Licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS BENFEITORIAS

5.1. Benfeitorias e/ou alterações no imóvel poderão ser realizadas somente nos casos em que sejam necessárias à execução dos serviços da Concessionária, mediante prévia autorização expressa do Município.

5.1.1. As demais alterações ou benfeitorias que forem feitas com prévio consentimento do Município, poderão integrar o imóvel, desde que indenizadas, ou serem retiradas pela Concessionária, quando não afetarem a estrutura e a substância do imóvel.

5.2. O Município não se responsabilizará por quaisquer benfeitorias/alterações realizadas na ausência de Termo de Autorização.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1. A Concessão de Uso terá o prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente Contrato de Concessão de Uso, podendo ser prorrogado nos limites e condições estabelecidas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Uma vez que se trata de Contrato de Receita, o Município não terá quaisquer despesas com a referida contratação, portanto não há necessidade de indicação de recursos que serão assegurados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, conforme disposto nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/ 2021.

8.1.1. A sublocação do objeto do Contrato também ensejará a rescisão contratual.

8.1.2. Além dos casos previstos em Lei, o descumprimento dos horários de funcionamento estabelecidos pelo Município também ensejará na rescisão contratual.

8.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

8.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do Contratante;

8.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

8.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

8.1. A Contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

8.1.1. Apresentação de documentação falsa: (cinco anos);

8.1.2. Retardamento da execução do serviço: (três anos);

8.1.3. Falhar na execução do contrato: (três anos);

8.1.4. Fraudar na execução do contrato: (cinco anos);

8.1.5. Comportamento de modo inidôneo: (cinco anos);

8.1.6. Apresentar declaração falsa: (quatro anos);

8.1.7. Cometer fraude fiscal: (quatro anos).

8.2. Para condutas descritas nos subitens desta cláusula, e sem prejuízo das sanções nelas previstas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

8.4. A CONTRATADA responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão do Contrato, seja por defeito decorrente do objeto pactuado, seja por infringência da disposição regulamentar.



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



8.4.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a CONTRATADA está sujeita às seguintes sanções:

8.4.1.1 advertência, em simples ocorrência não remissíveis a outras penalidades;

8.4.1.2 multa na forma prevista nos subitens 6.3 e 6.4.2;

8.4.1.3 suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rirolândia por prazo de até 5 (cinco) anos.

8.4.2 O CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as seguintes multas:

8.4.2.1. 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto contratual ou execução irregular, quantia esta reconhecida como líquida, certa e exigível, cobrável via de execução e compensável pelo Município de qualquer crédito porventura existente;

8.4.2.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal da fatura ao dia, em dobro no caso de reincidência no mesmo mês, na hipótese de não atendimento e solução dos problemas que forem atribuídas a Contratada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da intimação.

8.4.3 Considera-se execução irregular o descumprimento não justificado, dos prazos estipulados nas Ordens de Fornecimentos emitidas pelo CONTRATANTE e comprovadamente recebida pela CONTRATADA.

8.4.4 Em qualquer hipótese, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

6.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa, devendo ser cobrado por via judicial.

8.6. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso.

8.7. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Autoridade superior, o Sr. Prefeito Municipal.

8.7.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual para o presente certame.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Aplicam-se ao presente contrato as normas previstas na Lei 14.133/2021.

10.2. Correrão por conta da Contratada:

10.2.1. Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem com os tributos municipais, estaduais e federais incidentes;

10.2.2. A reparação de todos os danos oriundos da responsabilidade civil da Contratante;

10.2.3. Todas as despesas e providências resultantes da execução dos serviços objeto do presente contrato, especialmente as obrigações previdenciárias, trabalhistas, fiscais e securitárias, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

10.3. Constituem partes integrantes deste contrato, como se nele estivesse transcrito, o Termo de Referência e o Edital do Processo de Licitação nº 088/2025 – Concorrência Presencial 003/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Paulo de Faria, estado de São Paulo.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para que possa produzir os seus efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas que assinam abaixo.

Riolândia/SP, _ de _ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL RIOLÂNDIA

Contratante

ANTÔNIO CARLOS SANTANA DA SILVA

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CPF:

CPF:



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

OBJETO: Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

ADVOGADOS / Nº OAB: DANILO FERNANDO TAMADA – OAB/SP: 324.873; HUMBERTO CARLOS FRANCO GUIMARÃES – OAB/SP 267.670.

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Antônio Carlos Santana da Silva
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: XXXXXXXXXXXXX

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Antônio Carlos Santana da Silva
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: XXXXXXXXXXXXX



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Antônio Carlos Santana da Silva

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: XXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Antônio Carlos Santana da Silva

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: XXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº:

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

OBJETO: Concessão de Uso de Espaço Público, a título oneroso, das dependências destinadas à lanchonete localizada na Praia Municipal de Riolândia, para a exploração única e exclusivamente de atividade econômica de gastronomia (restaurante ou lanchonete), de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência.

VALOR: R\$

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Estado de São Paulo

CNPJ: 45.162.864/0001-48



GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____